

(*) **Dagoberto José Fonseca** é doutor em Ciências Sociais(PUC-SP), professor da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Campus de Araraquara, Líder do Grupo de Trabalho do NUPE-CLADIN-LEAD da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (CNPq). @ dagobertojose@gmail.com

Cooperando com a África:

Portugal e Brasil – o papel das universidades e de outras redes socioculturais, o caso de Angola

Partnering with Africa: Portugal and Brazil – the role of universities and other socio-cultural networks, the case of Angola

Dagoberto José Fonseca*

RESUMO: Os estudos sobre a cooperação entre Portugal, Brasil e Angola são recentes e controversos, sobretudo quando os vemos na perspectiva de países democráticos, republicanos e capitalistas. De meados desta década para esta data atual, esta relação triangular histórica trouxe muitas questões importantes para a geopolítica internacional, particularmente as que envolvem o cone sul da América e da África. Neste jogo de interesses o papel estratégico-diplomático e cultural das universidades, das organizações da sociedade civil, das empresas e instituições de capital misto é demasiadamente importante, pois são elas que forjam o novo grupo dirigente angolano à medida que o Estado-Nação necessita do aporte de recursos humanos, científicos, tecnológicos e culturais para firmar sua posição de potência regional na África Austral.

Palavras-chave: Cooperação, Universidades, Angola, Portugal, Estado-Nação, Brasil.

I ntrodução

Os estudos sobre a cooperação entre Portugal, Brasil e os países integrantes dos PALOP's são recentes e controversos, sobretudo quando os vemos na perspectiva de países democráticos, republicanos e capitalistas. Assim, particularmente os estudos sobre as relações de Angola com Portugal e Brasil demonstram que o papel político-cultural exercido pela literatura angolana vem desde o final do século XIX, construindo ideias sistematizadas sobre o colonialismo vivido por eles. Neste contexto colonialista, o lugar que ocupou a Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi fundamental para que se ampliasse o universo político daqueles que lutariam para o fim do colonialismo.

No contexto angolano, a importância da população da etnia kimbundu e assimilada, residente em Luanda e arredores foi fundamental para a constituição da intelectualidade angolana. Intelectualidade essa que nasceu na Casa do Estudante do Império, em Portugal, entre as décadas de 1940 a 1960, como é analisado por Mateus (1999). No entanto, a partir do trabalho de Mário Pinto de Andrade (1997) que se constata que a intelectualidade e os precursores de uma de opinião pública esclarecida em Angola já estavam presentes no final do século XIX, especialmente pela via do jornal e boletins informativos, mas também pela literatura.

No transcurso do século passado, diversas personalidades nativas de Angola deixaram marcas da sua presença a evidenciar talentos versáteis na literatura, com particular incidência no jornalismo doutrinário, e também em estudos de carácter histórico, etnológico e filológico. (...) É sobretudo no período da ‘imprensa livre’ que se pode proceder à leitura dos escritos das gerações oitocentistas, os quais explicitam um jogo de oposições entre as tentativas de consolidação da ocupação colonial e o declínio da hegemonia econômica, política e cultural dos segmentos representativos da sociedade nativa. (...) Produtora de um jornalismo de opinião, a elite dos ‘filhos da terra’ exercita-se no estilo característico da *prosa polémica*. Esse escol de letrados discorre sobre a conflitualidade social que enfrenta e as formas de identidade cultural que busca (ANDRADE, 1997, p. 50).

Esta elite dos “filhos da terra”, mencionada por Andrade (1997), é formada basicamente pelos “brancos da terra” que se encontravam na condição de colonizados e se manifestavam no sentido de constituírem uma identidade angolana, mas a partir de seu lugar social. Não se vendo no lugar social do nativo negro, mas se colocando no patamar da conquista da igualdade social e jurídica do luso, do homem da metrópole, posto que é mestiço (cabrito, mulato). Neste sentido se encontravam numa outra relação identitária, ou seja, não era preto e nem carregam de modo inequívoco as marcas das etnias nativas d’Angola.

Mas, ainda, neste período se verifica que há poucas, mas atentas vozes e letras que se preocupam em trazer a população kimbundu, a participar destas expressões e manifestações destes letrados. Como nos informa Joaquim Dias Cordeiro da Matta in “Ensaio de Dicionário Kimbundu-Português” de 1893. Ele diz:

Este livrinho é escrito em quimbundo, para os negros (filhos de Angola) aprenderem a ler e escrever na sua língua e no seu ambiente. A pessoa para saber ler e escrever precisa ser ensinada na própria língua e não em língua estranha; por isso é que aquele que é ensinado na própria língua e não em língua estrangeira não aprende rapidamente porque as falas que lhe ensinam não as conhece nem as ouve; não as compreende. Aquele que desconhece a sua língua não consegue compreender a língua estranha, ainda que bem ensinada porque nada lhe diz (...) Este livrinho é escrito com todo o amor do vosso compatriota, que vos estima do coração; quando souberdes ler e escrever bem a nossa língua, entenderéis que este vosso compatriota não era um sábio, mas trabalhou para o vosso bem! (MATTA, Apud ANDRADE, 1997, p. 53).

Estas manifestações produzidas pela intelectualidade angolana, no final do século XIX, foram necessárias para entendermos o seu desenvolvimento no transcorrer das primeiras décadas do século XX, especialmente por livros escritos, mas também pela difusão de jornais, tais como: *Arauto Africano* e *Gazeta de Luanda*. No entanto como demonstra e analisa Andrade há inúmeros órgãos de informação, tais como jornais e boletins, produzidos por negros nos idos de 1911 na Europa e em diversos países africanos, sobretudo porque havia uma “imprensa livre” como destacou anteriormente o próprio Mário de Andrade neste período. Vale destacar que estes órgãos estavam ligados a sindicatos de trabalhadores, associações estudantis e que também vieram a manter relações estreitas com os partidos socialistas e comunistas europeus nas décadas subsequentes até as independências na década de 1970 (ANDRADE, 1997).

Diante deste quadro, verificamos que as contribuições lançadas pela elite letrada, particularmente aquela situada em Luanda, configurou a “emergência do protonacionalismo” das populações que estavam sob o jugo colonial português. Esta situação foi importante para a juventude angolana que desejava fazer o seu curso superior em Portugal no período que culminou com os desfechos da II Grande Guerra (1945) e as mobilizações internacionais para a independência de países africanos.

Constatamos, todavia, que esta população jovem, particularmente, negra angolana que vai para Portugal estudar são os membros seletos da etnia kimbundu e, ainda, mestiços. Ou seja, são todos “assimilados” à medida em que introjetaram os valores luso-ocidentais e cristãos. Isto se expressa

de maneira candente na história social e familiar de Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Joaquim Pinto de Andrade, Lúcio Lara, Jonas Savimbi. Mas, este fator social e elemento identitário também está na biografia de Amílcar Cabral (MATEUS, 1999).

Comprova-se assim que a maioria dos membros fundadores do MPLA tinha o português como língua materna. Obviamente que muitos de descendência lusa tinham-na como língua materna, tais como Pepetela, Luandino Vieira, Ruy Duarte de Carvalho. No entanto, muitos são os negros que a tinham também como única língua, outros ainda eram bilíngues como revela Mário de Andrade: “era preciso falar o português em casa, para ter sucesso na escola” (MATEUS, 1999, p. 51-52). Já Jonas Savimbi informa que: “os quadros mais em vista do MPLA eram urbanos, saíam de Luanda. E os quadros da UNITA eram mais rurais” (ibidem, p. 51). Esta realidade é comprovada na pesquisa que realizei entre 2008 e 2009, intitulada “Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal”, em que se constatei que a maioria dos negros (pretos) de Angola que exercem funções políticas, administrativas e de ensino superior tem o português como única língua.

A maioria daqueles que foi estudar em Portugal, nas décadas de 1950 e 1970, vinham de famílias que mantiveram contatos estreitos com o mundo sociocultural português e com o cristianismo (católico ou protestante). Muitos fizeram da Casa do Estudante do Império o seu lugar de estudo e, principalmente, puderam ampliar o seu repertório cultural e linguístico, mas também a capacidade de dialogar com um universo intelectual e político mais amplo que estava na Europa. Diante deste quadro histórico muitos deles assistiram os desdobramentos da II Grande Guerra particularmente os ecos que vinham da França, mas também de toda a Europa, dos Estados Unidos da América do Norte e da Rússia.

A CEI: lugar do ensino e território estratégico da política independentista

O final da II Grande Guerra, em 1945, trouxe um novo rumo na política externa e colonial de diversos países europeus, particularmente aqueles que estiveram presentes na Conferência de Berlim (1864-1865), enquanto protagonistas centrais da geopolítica europeia para a África. Eles agora contavam com a necessidade de reconstrução de seus países o que os tornou vulneráveis as diversas ações políticas, diplomáticas e militares dos Estados Unidos da América do Norte (EUA) e da Rússia.

As bombas e canhões que varreram a Europa não atingiram Portugal, pois se manteve aparentemente equidistante desta guerra. No entanto, os movimentos sociais em prol das independências das terras e homens de ultramar na África chegaram às ruas, palácios, gabinetes e universidades em Lisboa, Porto e Coimbra.

Portugal é atingido por estes movimentos de libertação das nações africanas em diversos pontos, particularmente através das universidades que recebiam alunos das terras conquistadas (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe) em decorrência do fluxo de informações que circulavam na Europa a partir da luta sindical, dos partidos políticos socialistas e comunistas e, principalmente, das associações estudantis vinculadas aos teóricos marxistas e dos movimentos negros presentes na diáspora africana, especialmente aqueles localizados nos EUA e no Caribe que difundiam as teses do panafricanismo e que vieram a propugnar o renascimento africano, tais como o fizeram William Edward Burghardt Du Bois e Marcus Garvey (ANDRADE, 1997), desde as décadas anteriores a este conflito internacional.

Este cenário acima retratado somente teve sentido e provocou rupturas importantes no contexto colonial português e angolano, na medida em que propiciou a que muitos jovens de famílias negras assimiladas pudessem ser selecionados pelas autoridades lusas ou crioulas, e assim enviá-los para estudar nas universidades portuguesas.

Esta realidade somente é possibilitada à medida que a ditadura salazarista e o seu Ministério das Colônias constituem mecanismos de atendimento desta população assimilada que necessita dar continuidade aos seus estudos superiores, sobretudo porque Portugal não construiu universidades nas suas terras de além mar. Exemplo disto é Angola que somente em 1962 criará os Estudos Gerais Universitários de Angola, sendo integrada e tutorada pelas universidades de Portugal (MATEUS, 1999).

O fato de estudar em Portugal, particularmente em Coimbra ou em Lisboa, era um nítido sinal de prestígio social destas famílias assimiladas, posto que elas (famílias) também ampliavam o seu reconhecimento político no seio da comunidade nativa, mas também entre os próprios lusos radicados em Luanda. Evidentemente que não era qualquer família assimilada que tinha condições políticas, econômicas e sociais para enviar seus filhos a estudarem na metrópole lusa, necessitava-se de alianças estratégicas e pontuais a serem efetivadas para tal intento com as citadas autoridades lusas e crioulas (mulatas, cabritas) residentes em Luanda ou nas principais cidades d'Angola.

Até porque a maioria das escolas do ensino oficial nas colônias estava situada nas capitais, onde majoritariamente o número de crianças, filhas das autoridades coloniais (brancas, negras e mestiças), mas também dos servidores situados nos setores baixos e médios da administração estavam residindo. No entanto, o ensino missionário e catequético promovido pelas congregações religiosas católicas e por escolas protestantes se situavam na capital, mas também nas demais províncias de Angola.

A educação oferecida aos angolanos negros, brancos e mestiços, bem como nas demais províncias de ultramar era dada segundo os interesses da metrópole e do “Estado Salazarista”, ou seja, eles aprendiam aquilo que era ideologicamente difundido pelos conquistadores lusos. Mateus ao citar John Paul menciona que os alunos moçambicanos “tinham que aprender as linhas da rede de caminho de ferro portuguesa, mas não tinham a mais pequena ideia se havia quaisquer comboios em Moçambique” (MATEUS, 1997, p. 26). Somente na década de 1960 é que os livros terão um conteúdo mais voltado à realidade africana, tratando aspectos da realidade do campo e da cidade, mas, sobretudo informando as relações pacíficas e a grande contribuição dos portugueses e demais europeus para o desenvolvimento d’Angola em particular e d’África, no geral. Essa educação focada na cultura luso-ocidental e cristã forjou a população de assimilados que era enviada para Portugal para ingressar no ensino superior.

Em 1950, os assimilados seriam 30.000 em Angola, 4350 em Moçambique e 1500 na Guiné-Bissau. E o número de assimilados negros, em Angola, teria passado de 24.000 em 1940 para 30.000 em 1950 e para 38.000 em 1960, tendo, pois, aumentando de 17.000 pessoas em vinte anos. Em 1960, negros e mestiços civilizados representavam cerca de um terço do total dos civilizados (cerca de 270.000 mil pessoas) e menos de 2% da população angolana. Eram, na sua maioria, gente das cidades e, sobretudo, da capital: 25% dos mestiços e 35% dos negros assimilados habitavam Luanda (MATEUS, 1997, p. 23).

Vale ressaltar que a maioria dos que tiveram condições de ser selecionada pelas autoridades mencionadas estava em Luanda. Desta forma, esta maioria era da etnia kimbundu, aquela que constituirá mais tarde a base do MPLA e que residirá na Casa dos Estudantes do Império e, ainda, que esta população de assimilados era constituinte de funcionários assalariados, particularmente lotados na administração pública local ou do governo central de Angola,

presente na capital. Eles estavam em diversos postos dos serviços públicos, no entanto ocupavam no máximo cargos intermédios destas administrações públicas. Mas, também, havia aqueles que eram “empregados de comércio, dos serviços, dos transportes, ou, ainda, operários especializados. Alguns poucos seriam gerentes ou técnicos. Existindo, ainda, uma elite clerical, formada por umas largas centenas de padres, pastores e catequistas” (MATEUS, 1997, p. 25). Estes eram aqueles que tiveram a possibilidade de enviar os seus filhos para estudarem em Portugal e ficarem na Casa dos Estudantes do Império.

A Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi fundada em 1944, “numa Assembleia Geral das Casas de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Fora patrocinada pelo Ministro das Colónias, Vieira Machado, e pelo Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Marcello Caetano” (MATEUS, 1999, p. 66). A instituição da CEI tinha como base uma proposta política em sua fundamentação, pois ela visava agregar todos os estudantes africanos das colónias, ou seja, o seu objetivo era o controle desta população estudantil. Dizia Vieira Machado:

No meu espírito germinara já a idéia de fundar na Metrópole uma Casa dos Estudantes do Império Colonial (...) A Casa dos Estudantes de Angola era útil, mas insuficiente (...) Queremos as colónias integradas num todo nacional (Apud MATEUS, 1999, p. 66).

Neste contexto, a CEI tinha como pressuposto o controle desta juventude estudantil que por ser considerada “assimilada” pode entrar em Portugal para dar continuidade aos seus estudos, mas com isto as autoridades portuguesas sinalizaram para as colónias na África, para as demais nações europeias e para a ONU de que estendia as oportunidades de ensino universitário a todos os jovens residentes no ultramar. Esta política baseava-se no Ato Colonial de 1930 e na Constituição de 1933 que visava à missão civilizadora e a integração dos assimilados ao ensino oficial e missionário a partir de uma política universitária que garantisse o projeto colonial, mesmo quando o Estado português adotou o projeto integracionista a partir de uma perspectiva de nação pluricontinental indivisível que ligava o território luso do Minho ao Timor Leste (MATEUS, 1999).

O fato relevante neste processo da imigração estudantil universitária angolana e assimilada para Portugal e o fato dela se hospedar na CEI era o temor do regime salazarista e ele se concretizou, na década de 1950, aos poucos em

solo lusitano. Isto é com o ingresso de angolanos e de outros filhos de nações que compreendiam a nação pluricontinental portuguesa, se constitui uma elite intelectual e política que veio no futuro a desencadear ou acelerar as lutas independentistas nos territórios conquistados, sobretudo porque conseguiram fazer uma leitura política da realidade em solo português, como fez Mario Pinto de Andrade e Marc Ollivier no livro “A guerra em Angola” (1971), publicado em Paris. Vale frisar que esta mesma realidade os portugueses já haviam enfrentado com os estudantes brasileiros e com o Brasil no século XIX quando começaram a constituir instituições de pesquisas em nível superior. Com isto se promoveu a constituição de uma elite pensante crioula (brasileira) que iniciou o processo de independência de Portugal.

Deste modo não era interessante criar uma universidade em Angola em função deste risco, o que somente vai acontecer em 1963 com a constituição dos Estudos Gerais Universitários. Nesta altura a elite intelectual angolana já estava formada em Portugal e muitos deles já estavam em luta aberta para a independência angolana. Agostinho Neto, Lúcio Lara, Amílcar Cabral (este de Guiné-Bissau e Cabo-Verde) já haviam constituído, nesta altura de 1963, os seus próprios partidos e movimentos independentistas na esteira de seu processo formador na CEI e nas universidades portuguesas na década de 1950, respectivamente o Movimento Popular de Libertação de Angola e o Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Vale ressaltar, ainda, que diversos estudantes universitários angolanos também se formaram em Portugal, mas estiveram vinculados aos projetos de missionários protestantes, tais como aqueles que mais tarde constituíram a UNITA, no início da década de 1960, em particular: Jorge Valentim, Jeremias Chitunda, Jerônimo Wanga, Jaka Jamba, e em especial Jonas Savimbi, o principal dirigente da UNITA (MATEUS, 1999). É importante este dado acerca dos dirigentes da UNITA, na medida em que eles são na maioria filhos da região centro-sul de Angola e de etnia Ovimbundu e que serão formados dentro de uma concepção protestante nas escolas portuguesas.

Neste contexto é singular e complexo o papel social, político e cultural exercido pelas igrejas cristãs (católica e protestante) no desenrolar deste processo que foi a independência, mas também o de formação de quadros para os diversos movimentos de libertação e também de repressão e manutenção da ordem estabelecida.

No entanto, vale destacar que a CEI foi durante longo tempo de sua vigência um local de encontro das “células comunistas”. Mesmo tendo sido constituída pelo regime salazarista para atender os interesses do império ultramarino.

Aqueles que ali estiveram fizeram o contrário do que havia sido disposto pelos portugueses. A CEI contribuiu fortemente para a queda do regime e das independências dos países africanos de língua oficial portuguesa, sendo um polo irradiador das políticas nativistas e geradora de quadros para a formação das elites pensantes em Angola e nos demais países, tanto que ali estiveram os pais fundadores do MPLA e do PAIGC. Salienta-se que Eduardo Mondlane também fez algumas visitas à CEI, aprimorando e intercambiando conhecimentos e informações, levando-as a Moçambique e para a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Como bem disse e de modo um tanto exagerado o jornalista Amândio César (apud MATEUS, 1999, p. 74):

As duas Casas dos Estudantes do Império (a de Lisboa e a de Coimbra) estavam sempre fortemente infiltradas por elementos comunistas ou criptocomunistas, a tal ponto que foram ponto de partida para poderem ser consideradas como centros ideais do separatismo e do nacionalismo nativista.

No entanto, outras organizações foram sendo criadas por angolanos e outras nacionalidades também tiveram o seu papel ímpar na independência d'Angola, tais como o Clube Marítimo Africano, o Centro de Estudos Africanos e a Casa da África. Estas instituições também estavam em níveis diferentes vinculadas aos partidos comunistas, particularmente o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Comunista Francês (PCF). Pepetela (apud MATEUS, 1999, p. 85) nos informa que os comunistas eram,

os únicos que tem uma organização eficaz. Dominam o movimento estudantil e podem ter a certeza que os estudantes nada fazem sem o seu apoio ou pelo menos o seu aval. Até na Casa, sem que a malta saiba, eles tem uma grande influência. Os movimentos anticoloniais que foram surgindo, mesmo que independentes, foram sempre mais ou menos camufladamente encorajados por eles.

Muitos dos dirigentes independentistas angolanos, tais como Agostinho Neto, Mario de Andrade integraram o Movimento Unidade Democrática Juvenil que era uma organização estudantil de carácter comunista.

Diante deste contexto constatamos que o processo de constituição desta elite pensante a partir das universidades lusas, sediadas especialmente em Coimbra e em Lisboa, será a fonte que demandará uma luta independentista sistematizada e apoiada por diversas forças opositoras ao regime salazarista,

inclusive por dirigentes da Agência Nacional de Inteligência Americana (CIA). Neste sentido, o império português enfrentava diversas disputas em âmbito local e internacional para mantê-lo, mas fundamentalmente o papel exercido pelos estudantes universitários angolanos foi importante na medida em que estariam para assumir o controle do país em 1975.

Mas, é importante referenciar que há outros estudos com ângulos distintos dos nossos que focam a queda do império português a partir de Portugal, na medida em que possuem um olhar para a Revolução dos Cravos de 1974, tal como o de Kenneth Maxwell (2006) que trata das nações africanas submetidas e resistentes ao poder português e a ditadura salazarista enquanto dilemas africanos de ultramar, como exemplo Angola e Moçambique, sobretudo porque Portugal não queria perder estas nações, em especial Angola.

Mesmo com este estudo de Maxwell (2006) constatamos a força e o nexos que se estabelece de extrema relevância no sentido de se compreender e interpretar o papel exercido pela CEI e pelas universidades portuguesas, pelo PCP e outras instituições e agremiações com verniz cultural e político na constituição de intelectuais e pensadores sociais angolanos para o enfrentamento do processo de independência e para a formação do novo quadro de funcionários do Estado.

No entanto, é importante fazer algumas indagações a respeito do processo de independência das nações africanas, particularmente aquelas que estavam sob o jugo português, mas não é menos importante que façamos uma reflexão crítica também do papel político e ideológico exercido pelos professores, intelectuais e demais funcionários (administrativos, limpeza e manutenção) presentes nas universidades de Lisboa e de Coimbra para termos uma real dimensão da CEI, enquanto esfera de atuação política na constituição destas independências. Posto que não é possível, hoje, continuar a pensar que todos os agentes destas instituições universitárias mencionadas estavam unidos à concepção ditatorial de Salazar e Marcello Caetano.

Assim, temos que considerar que os intelectuais de dentro juntamente com os de fora das universidades portuguesas contribuíram com uma formação contra-hegemônica destes estudantes independentistas. O regime salazarista caiu de dentro para fora também, considerando aí a participação dos tenentes, da sociedade civil, mas também de docentes universitários, sindicalista e outros como nos faz ver uma vasta literatura acadêmica sobre o assunto da queda do regime, entretanto a nossa reflexão considera que as universidades são lugares agência em que se fomenta e se fundamenta o debate às vezes não tão público, mas que é importante para a consolidação e legitimidade de ações políticas.

Com isto quero, neste particular, dizer que foram diversos docentes lusos que direta e indiretamente também se engajaram na luta pró-independência de Angola e dos demais países africanos. Muitos absorvidos pelo debate acadêmico, político, cultural e econômico vindo da França e da Inglaterra, mas também da Rússia e dos Estados Unidos da América do Norte referentes aos desdobramentos ainda da segunda grande guerra, ou melhor da guerra fria, outros forjados por uma concepção de que o Estado Luso deveria se voltar mais para os assuntos e demandas internas dos portugueses que estavam em Portugal e outros ainda, voltados para uma concepção gramsciniana (GRAMSCI, 1982), de intelectual orgânico, que conduzirá sem freios a marcha para a constituição de novas ideologias, particularmente contrárias aos interesses salazaristas. Estes e os demais mencionados deram as condições efetivas de traduzir em ideias as independências africanas de Portugal e, ainda, tiveram a competência de tornar o estudante universitário africano em também ideólogo e intelectual engajado na luta pela sua própria independência estatal, mas ainda dependentes intelectualmente deles – dos portugueses.

Deste lugar da interpretação, isto é, da reflexão crítica que nos encontramos, consideramos que há um lugar social, político, cultural e econômico que mantém os vínculos linguísticos dos entrevistados (literatos, jornalistas, intelectuais, professores e jovens universitários) que pensam e escrevem a partir do português. Estes vínculos estão estabelecidos a partir de sua própria realidade e condição de prestígio social. Eles constroem seu mundo e o dos outros a partir das representações materiais e simbólicas propiciadas pela língua portuguesa. Esta língua de mercado e que gerencia cotidianamente as relações do e no interior Estado e Partido hegemônico, independente das etnias e das línguas tradicionais (FONSECA, 2006) que é de onde falam, pensam e sonham estes letrados d'Angola (MATTA, 2007).

Neste sentido, também as suas referências acadêmicas e científicas são traduzidas pela língua portuguesa ou são demandas pela própria elite intelectual lusa, ainda muito presente no cotidiano acadêmico, científico e tecnológico angolano, principalmente em Luanda. Haja vista o grande número de docentes do ensino universitário angolano que são de origem lusa.

É em decorrência desta realidade interpretada que consideramos que este segmento social formador de opinião e construtor de relações sociais e culturais, políticas e econômicas em Angola não tem condições de pensar o mundo através de outras línguas que não estejam alicerçadas e/ou influenciadas pela língua portuguesa. Na medida em que tem suas aspirações, análises, interpretações a partir desta língua social que é a do conquistador. Na concepção de Albert Memmi (1977), eles vivem cotidianamente e

psiquicamente como trãnsfugas em um universo de muitas dificuldades e contradições, pois se percebem também como conquistadores e colonizadores com sua superioridade, mesmo que as negam também enquanto seres contraditórios e políticos. Eles assimilaram valores e os transmitem aos outros. Eles pensam e desejam um mundo segundo os valores culturais transmitidos pelo opressor e o mantêm pela força de sua cordialidade também construída em função de suas misturas linguísticas, culturais e sexuais. Neste sentido, tendemos a corroborar com a tese de Memmi, quando ele afirma:

O intelectual ou o burguês progressista pode desejar que se atenuem um dia aquilo que o separa dos seus camaradas de luta; são características de classe às quais renunciaria de bom grado. Mas, não aspira seriamente a mudar de língua, de hábitos, de religião, etc... mesmo pela paz de sua consciência, mesmo pela sua segurança material (MEMMI, 1977, p. 46).

Memmi, desta maneira, considera que todo o processo de introjeção de valores metropolitanos, no contexto da conquista colonial, produziu escolas e crianças conquistadas. Elas têm dificuldades para pensar a sua própria cultura e história, pois com isso o colonizado tende a estar condenado a perder progressivamente a sua memória e sua identidade social e cultural, particularmente é na língua que se manifesta este primeiro dado de perda e de pertença étnico-cultural. Posto que

a maior parte das crianças colonizadas está na rua. E aquela que tem a insigne oportunidade de ser acolhida em uma escola, não será por ela nacionalmente salva: a memória que lhe formam não é a do seu povo. A história que lhe ensinam não é a sua (MEMMI, 1977, p. 95).

Memmi (1997), Ngunga (2002), Bender (2004), Hodges (2002), Mazula (2002), Boahen (1991a, 1991 b) entre outros estudiosos ao analisarem a situação do processo colonial e pós-colonial, demonstram as contradições e as dificuldades encontradas para a construção de representações e interpretações realizadas pelos letrados da cidade de Luanda, mas também de outras cidades grandes situadas na costa atlântica e índica. Esse fator também constitui um nexo sobre as realidades do povo iletrado, posto que esse letrado nem sempre é bilíngue, não fala e não pensa a partir da língua de sua etnia nacional, apenas usa e constrói seu universo cultural usando a língua de mercado e de prestígio (FONSECA, 2008; FONSECA, 2003). Essa que foi imposta pelo processo de conquista colonial constituiu-se a língua

da terra, mas ainda não se enraizou a ponto de ser a da identidade profunda e vital, posto que ela subexiste no meio do povo simples e tradicional, oriundo do meio rural que se encontra também nas cidades litorâneas e, em especial na capital, pois fugiu da guerra civil e, hoje, continua também a buscar e reivindicar espaço na vida universitária angolana. Daí o grande número de universidades privadas em Luanda e outras tantas espalhadas por todo o território do país com nítido fito de assegurar desenvolvimento e paz nacional, como já demonstrei em artigo intitulado “As universidades e os trânsitos da juventude: Angola, Portugal e Brasil – olhando não só para o retrovisor”, quando do XI CONLAB – Congresso Luso-Afro-Brasileiro, ocorrido em 2011, na cidade de Salvador (Brasil).

No entanto, não podemos negligenciar com esta crítica acima de Memmi, de outros estudiosos e a minha própria perspectiva que o intelectual angolano aqui mencionado que participou ativamente na instauração do novo Estado Angolano independente foi o branco e o cabrito, posto que já vinha de uma formação universitária e um cabedal intelectual, literário e científico oriundo do seu próprio lar, ou seja participavam de um conjunto de alianças forjadas no interior da família branca e mestiça angolana, como se apreende na obra de Macedo (2002) acerca das influências da literatura brasileira sobre a angolana e os diversos contatos que degredados e intelectuais do Brasil e Angola estiveram em contato. Estes constituíram com a caneta e o papel a base de suas armas para viabilizar a conquista da independência, da legitimidade e da soberania nacional mediante a difusão do diálogo com os agentes e agências internacionais, pautada por um discurso consubstanciado na cultura da palavra, mas, sobretudo, da escrita.

Porém, estes mesmos não conseguiram e continuam a não vislumbrar os problemas gerados também por uma leitura diferente da realidade produzida pela maioria negra e mulata presente na sociedade civil, entre os militares e intelectuais de Angola. Este processo todo gerou o grande *tabu*, ainda presente no cotidiano angolano que é o do racismo apontado pelo movimento de 27 de maio de 1977, retratado em memória por Miguel Francisco “Michel”, no livro “Nuvem negra – o drama do 27 de maio de 1977” (MICHEL, 2007).

Vale ressaltar que nas célebres palavras de Nito Alves havia uma dura denúncia da realidade sociorracial angolana, sobretudo porque muitos foram os negros que estiveram à frente da guerra para independência do país e que não obtiveram o reconhecimento necessário e adequado do novo governo e do novo Estado Angolano. O que Nito Alves e outros combatentes do MPLA reivindicavam era a necessidade de isonomia e equidade entre negros, brancos e mestiços (mulatos e cabritos) na estrutura governamental e em toda a sociedade angolana.

A despeito desta suposta digressão no artigo, é conveniente destacar que no momento da independência angolana, em 1975, havia nítidos sinais da abertura democrática brasileira e sua diplomacia articulava com o governo de Agostinho Neto várias possibilidades de atuação do Brasil naquele país, particularmente a fim de manter e ampliar o papel das grandes empresas da construção civil no país, trabalhando no esforço da reconstrução de alguns pontos estratégicos vinculados à infraestrutura. Mas, neste processo de trocas e diálogos, a questão do racismo se colocou como um fenômeno social importante, sobretudo porque o regime ditatorial brasileiro afirmava e aprofundava que no país não havia mais o racismo, que vivíamos uma democracia racial e que isto era um fenômeno do tempo da escravidão e das primeiras décadas da República, portanto fenômeno social originário do processo da conquista lusa em Angola que deveria ser rapidamente desmontado pelo governo independentista angolano.

Neste quadro social, o papel desempenhado pelo Brasil, sua diplomacia, seus empresários e demais agentes sociais, bem como o diálogo com diferentes estados europeus fez com a intelectualidade e a crítica social angolana fosse ampliada, aguçada e tornando-se problematizadora dos caminhos traçados pelo partido hegemônico (o Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA). Assim, nestes quase 40 anos (1975-2013) da independência angolana o papel das empresas brasileiras não diminuiu em Angola, bem como da diplomacia e demais agentes econômicos. No entanto, o que mais se salienta neste processo foi o papel desempenhado pelas universidades brasileiras no tocante a receber e formar a nova elite intelectual, técnica e empreendedora angolana, particularmente as universidades paulistas, fluminenses e paranaenses (FONSECA, 2009; SUBUHANA, 2009).

O papel das universidades lusas também foi ampliado, na medida em que continuam a receber jovens universitários para lá se formarem (GUSMÃO, 2005, 2009; FARIA, 2009), mas também o fato de que muitos portugueses estão indo para Angola trabalhar em empresas e em universidades privadas fundadas nestes últimos dez anos, sobretudo em Luanda. Com este diálogo e negócios ampliados se constrói para a sociedade angolana uma nova agenda social, política, cultural e econômica inaugurada, pós 2002, com a conquista da paz pelos militares e políticos (GOLAN, 2007).

Assim, as universidades brasileiras e portuguesas, hoje, têm a complexa e desafiadora realidade de assumirem o papel de instituições de Estado e de empresas vinculadas ao desenvolvimentismo, na medida em que se transformam em agências de fomento, mas sobretudo de desenvolvimento social, econômico, político, cultural e tecnológico, na medida em que fazem

transferência de conhecimento novo e velho. Desta maneira, atuam como receptoras e demandadoras de investimentos em recursos humanos, seja com a recepção de estudantes africanos, seja com a formação de dirigentes e docentes africanos, especialmente no nosso foco – angolanos.

Neste sentido, as universidades estão cada vez mais engajadas na agenda da política externa dos seus países, ou seja, são espaços políticos e diplomáticos no bojo do processo da globalização e, portanto estas instituições de ensino superior são também agentes da política externa de seus governos, pois se projetam como agências de desenvolvimento e de articulações multiestados, sendo instituições formais e apresentáveis situadas no campo das agências de inteligência dos estados nacionais e dos governos. Portanto, elas também são veículos difusores de interesses públicos e privados, de grupos e segmentos das populações destes estados nacionais. Elas formam teias e redes societárias as mais diversas, mesmo quando dizem estarem apenas com interesse científico, ou seja, neutras e isentas de ideologias.

Assim, de meados da década de 1970, com a independência para esta data atual (2013), esta relação triangular histórica entre Angola, Portugal e Brasil trouxe muitas questões importantes para a geopolítica internacional, particularmente as que envolvem o cone sul da América e da África. Neste jogo de interesses o papel estratégico-diplomático e cultural das universidades, das organizações da sociedade civil, das empresas e instituições de capital misto (público e privado) é demasiadamente importante, pois são elas que forjam o novo grupo dirigente angolano à medida que o Estado-Nação necessita do aporte de recursos humanos, científicos, tecnológicos e culturais para firmar sua posição de potência regional na África Austral (JORGE, 1998; KI-ZERBO, 2006).

Neste quadro o papel desempenhado pelo governo brasileiro, na chamada Era Lula (2003-2010), alavancou o protagonismo do Brasil no continente africano e, especialmente em países de língua oficial portuguesa (PALOP) e, em Angola, não é diferente, particularmente no momento em que se amplia as linhas de financiamento para investimentos externos, em especial na África e na América Sul, e a rede de universidades públicas, alicerçadas pelos centros, núcleos e laboratórios de estudos e pesquisas destas instituições de ensino superior que tem como foco o continente africano. Além do que, Portugal perdeu sua capacidade de investimento externo, na medida em que vive em uma das mais tristes e perigosas crises econômicas, desde quando adentrou na zona do Euro da Comunidade Econômica Europeia, ou seja, substituiu sua moeda, o Escudo, pelo Euro. Diminuindo, com esta atitude, o seu papel de Estado Soberano, deixando de ser dono de seu lastro monetário - a própria moeda.

Artigo

Recebido: 06/03/2014

Aprovado: 30/03/2014

Keywords:

cooperation, universities, Angola, Portugal, Nation-State, Brazil.

Atualmente, a cooperação de Portugal e Brasil com Angola é tão fundamental para o futuro destes países como o foi para a independência e queda do salazarismo, pois potencializam o papel articulador e político dos parques acadêmico-científico-tecnológicos (as instituições de ensino superior) destes países e as diversas redes sociais que se criam em torno deles.

ABSTRACT: Studies about cooperation between Portugal, Brazil and Angola are recent and controversial, mainly when we see them from the perspective of democratic countries, Republicans and capitalists. From the middle of this decade to this current date, that triangular relationship historic brought many important issues to international geopolitics, particularly those involving the Southern Cone of America and Africa. In that play of interests, the strategic-diplomatic and cultural universities' role, of the civil society organizations, enterprises and institutions with mixed capital is too important because they are who forged the new Angolan group leader as the nation-state need contribution of human resources, scientific, technological and cultural order to consolidate their position as a regional power in southern Africa.

Refertências

ABRANCHES, José Mena (Org.). Angola em paz: novos desafios. Luanda: Maianga, 2005.

ANDRADE, Mário Pinto de. Origens do nacionalismo africano – continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

_____ e OLLIVIER, Marc. A guerra em Angola. Paris/Lisboa: François Maspero/Seara Nova, 1971.

BENDER, Gerald J. Angola sob o domínio português – mito e realidade. Luanda, Col. Ensaio, v.21, 2004.

BOAHEN, Albert Adu. (Org). A África diante do desafio colonial. In: A África sob dominação colonial, 1880-1935. São Paulo/Paris: Ática/UNESCO, História Geral da África, 1991a, v. VII, p. 25-41.

_____.(Org). O colonialismo na África: impacto e significação. In: A África sob dominação colonial, 1880-1935.São Paulo/Paris: Ática/UNESCO, História Geral da África, 1991b, v. VII, p. 787-811.

FARIA, Margarida Lima de. Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante angolano em universidades portuguesas. Pro-posições (UNICAMP), v. 20, n. 1, p. 45-63, jan./abr.2009.

FONSECA, Dagoberto José. Angola, Moçambique e Brasil: línguas, identidades e relações étnicas – desafios e interpretações. In: Convivência na diversidade: cultura, educação e mídia. Clodoaldo M. Cardoso. (Org.) Bauru: Cultura Acadêmica, UNESP/FAAC, p. 41-60, 2008.

_____. As relações Brasil-África subsaariana: oralidade, escrita e analfabetismo. In: Brasil/África: como se o mar fosse mentira. CHAVES, Rita et al (Orgs). Maputo: Imprensa Universitária, p. 117-134, 2003.

_____. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. Pro-Posições (UNICAMP), v. 20, n. 1, jan./abr, p. 23-44, 2009.

_____. Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal. Campinas: Relatório científico (pós-doutoramento), Faculdade de Educação, UNICAMP, 2009. (Mimeo).

_____. As universidades e os trânsitos da juventude: Angola, Portugal e Brasil olhando não só para o retrovisor. In: XI CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO, 2011, Salvador. Anais do XI CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO. Salvador: Editora da UFBA, 2011. Acedido em: 30 out. 2012, <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307908920_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO-DagobertoJoseFonseca.pdf.

GOLAN, Tamar; RON, Tamar. Encontros em Angola: o homem e a natureza na sombra da guerra. Luanda: Chá de Caxindê/Prefácio, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Os filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

_____. Apresentação. In: Dossiê – Ensino superior e circulação internacional de estudantes: os Palop no Brasil e em Portugal. Coordenação Neusa Maria Mendes Gusmão. Campinas: Revista Pro-posições, Faculdade de Educação, UNICAMP, v. 20, n. 1, p. 15-21, jan./abr. 2009.

JORGE, Manuel. Para compreender Angola - da política à economia. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

- KI-ZERBO, Joseph. Para quando a África? Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- HODGES, Tony. Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem. Cascais. Principia, 2002.
- MACÊDO, Tania. Angola e Brasil - estudos comparados. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.
- MATEUS, Dalila Cabrita. A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Mem Martins: Inquérito, 1999.
- MATTA, Inocência. A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões. Luanda: Nzila, 2007.
- MAXWELL, Kenneth. O império derrotado: revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MAZULA, Brasão. Paz e democracia desafiantes. In: MAZULA, Brasão (Org.). Moçambique: 10 anos de paz. Maputo: Imprensa Universitária, 2002, p. 17-34.
- MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICHEL, Miguel Francisco. Nuvem negra: o drama do 27 de maio de 1977. Lisboa: Clássica, 2007.
- SUBUHANA, Carlos A experiência sociocultural de universitários da África lusófona no Brasil: entremeando histórias. Pro-Posições (UNICAMP), v. 20, n. 1, p. 103-126, jan./abr. 2009.